

Senadores debatem transição para fim da reeleição

Relator da proposta, Marcelo Castro (MDB-PI) defende mandatos de cinco anos para cargos do Executivo, deputado e vereador, e dez para o Senado. Parlamentar vai consultar colegas sobre eleição unificada para concluir parecer

CAMILA TURTELLO
camila.turtello@globo.com.br

Escolhido para relatar a proposta de emenda à Constituição que acaba com a reeleição, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) já tem dois pontos definidos para seu relatório. São eles: a proibição da recondução de presidentes, governadores e prefeitos, e a extensão de mandatos de quatro para cinco anos para esses cargos do Executivo, vereadores e deputados (federais, estaduais e distritais), além de dez anos para senadores.

Castro, no entanto, precisa definir ainda se haverá coincidência de mandatos e qual será a regra de transição para chegar ao fim da reeleição em 2028 ou 2030, a depender do formato a ser aprovado pelo Congresso. Para isso, o relator quer fazer uma consulta entre os colegas. O parlamentar prepara um ofício com perguntas sobre esses pontos da proposta para ser enviado aos demais senadores e irá fechar seu relatório de acordo com o resultado da "enquete".

A primeira dúvida é se presidente, governadores, senadores, prefeitos, vereadores, deputados federais, estaduais e distritais serão eleitos em um mesmo ano, unificando as eleições no Brasil ou não. São analisadas três opções de regras de transição (veja no gráfico ao lado), uma sem pleitos unificados e duas com eleições simultâneas para todos os cargos.

Para o cargo de presidente e governador, por exemplo, no cenário sem eleição unificada, os eleitos em 2030 para esses postos já não poderão se

reeleger e os mandatos passam a ser de cinco anos. Caso os pleitos geral e municipal sejam feitos em conjunto, uma possibilidade é a regra passar a valer para eleitos em 2034. Outra opção é fixar mandato de cinco anos para eleitos em 2028 e a reeleição ficar proibida a partir de 2030.

CAMINHOLIVE

O fim da reeleição é uma iniciativa que tem a oposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas que está com o caminho livre para ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Levantamento do GLOBO mostrou que dos 27 titulares do colegiado, 16 disseram ser a favor da proibição da recondução de presidentes, governadores e prefeitos, enquanto apenas dois são contra. O placar já garante maioria para aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no colegiado.

A ideia já foi criticada pela presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), que classificou a iniciativa como "oportunistas e retrocesso". Há críticas também na direita.

Para Marcelo Castro, a PEC deve ser aprovada pelo Senado ainda no primeiro semestre deste ano.

— Há uma tendência muito grande de quem está no poder querer abusar. Todos cometem excesso para poder se eleger. O pior é a eleição de quem não quer mais. Então, o prefeito tem que estar todo o tempo com a cabeça voltada para a eleição e não para administração. — disse



Em elaboração. Castro, em comissão do Senado: parlamentar aguarda posição de colegas para apresentar relatório

PROPOSTAS EM DEBATE

Entenda como pode ficar a duração dos mandatos com o fim da reeleição

	SEM ELEIÇÕES UNIFICADAS	COM ELEIÇÕES UNIFICADAS
	Cenário 1	Cenário 2
REGRAS DE TRANSIÇÃO POR CARGO		Cenário 3
Presidente e governador	Eleitos em 2030 com mandatos de cinco anos e sem possibilidade de reeleição	Eleitos em 2034 com mandatos de cinco anos e sem reeleição
Prefeitos	Eleitos em 2028 com mandatos de cinco anos e sem possibilidade de reeleição	Eleitos em 2028 com mandatos de seis anos, sem poder se reeleger. A partir de 2034, mandato será de cinco anos
Senadores	Eleitos em 2026 com mandatos de nove anos. A partir de 2030, mandato será de dez anos	O mandato "temporário" de nove anos será a partir de 2034. Duração passa a ser de dez anos
Deputados	Mandatos de cinco anos a partir de 2030	Mandatos de cinco anos a partir de 2030
Intervalo entre eleições presidenciais e municipais	Passa a ser de 3 a 2 anos, intercalados	eleições simultâneas

Fonte: Elaboração do Globo

CONTINUA NA PÁGINA 9

Castro ao GLOBO. — Não é que uma coisa seja incompatível com a outra, mas é o foco. Ora, se eu estou com foco na gestão, eu penso de um jeito. Se eu estou com foco na eleição, eu penso do outro. Defensores da reeleição argumentam, por outro lado, que a reeleição funciona como "incentivo" para políticos implementarem as melhores políticas públicas e resultados econômicos e sociais. Pesquisa Datafolha divulgada na semana passada mostrou também que a maioria da população brasileira é contrária ao fim da reeleição. O levantamento apontou que 58% do eleitorado deseja manter a possibilidade de recondução, enquanto 47% desejam que ela seja proibida. Outros 2% não sabem ou não responderam.

REGRAS DESDE 1997

Não prevista na Constituição de 1988, a reeleição no Executivo foi aprovada em 1997 pelo Congresso, com apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o primeiro a se reeleger desde a redemocratização. Em 2015, a Câmara aprovou seu fim, em uma PEC relatada pelo ex-presidente da Casa Rodrigo Maia, mas o texto não avançou no Senado.

Em 2022, 20 governadores tentaram a reeleição e 18 conseguiram. Na última disputa municipal, em 2020, 1.600 prefeitos foram reeleitos. Na Presidência da República, desde que a reeleição foi instituída, todos os presidentes voltaram ao poder após o primeiro mandato, com a exceção de Jair Bolsonaro.

Supremo arquiva ações contra Kassab por suspeita de caixa 2

Presidente nacional do PSD teria recebido R\$ 20 milhões da Odebrecht

JULIANA NOGA
juliana.noga@globo.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou dois processos contra o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, atual secretário de governo de São Paulo, na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos). As decisões, concluídas em plenário virtual na semana passa-

da, ocorreram no âmbito de dois casos envolvendo doações não declaradas feitas pela empreiteira Odebrecht (hoje, Novonor) ao político.

Nos julgamentos virtuais, o placar foi de seis votos favoráveis e quatro contrários à absolvição de Kassab. Os ministros Gilmar Mendes, André Mendonça, Edson Fachin, Nunes Marques e Luiz Fux acompanharam o relator do

caso, o ministro Dias Toffi. Os demais magistrados votaram contra. O ministro Cristiano Zanin se declarou impedido de votar por ter atuado como advogado em processo referentes à Operação Lava-Jato.

PREFEITURA PAULISTANA

As ações começaram a ser julgadas em 2017 no STF, após a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentar de-



núncia contra o então ministro da Ciência e Tecnologia do governo Michel Temer (MDB) por recebimento indevido de R\$ 20 milhões em doações de campanha feitas pela empreiteira entre 2008 e

2014. No período, Kassab ocupou a prefeitura de São Paulo. Em nota, Kassab disse ter recebido "com muita serenidade" a decisão e que sempre pautou suas ações "pela ética e pelo interesse público".

Tramitação. Kassab, presidente nacional do PSD, processos arquivados

"Como sempre afirmei ao longo da minha carreira na vida pública, reitero minha confiança na Justiça e no Ministério Público", declarou. A decisão engrossa o rol de políticos beneficiados por anulações de condenações e arquivamento de processos no STF no âmbito da Lava-Jato. Conforme O GLOBO já mostrou, anulações e absolvições em cortes superiores já beneficiaram mais de 60 réus em desdobramentos da operação, entre políticos e empresários. Em um dos últimos episódios, Toffi determinou a nulidade absoluta e o arquivamento de todos os processos que tramitam na Corte contra o ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB).

SÓ NO CLASSIFICADOS DO RIO O PACOTE É GLOBAL:
TEM WEB, TABLET, CELULAR E ATÉ JORNAL.

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio.
São ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.

Anuncie agora via WhatsApp ou Telegram

21 2534-4333



CLASSIFICADOS
DO RIO
SEM RESCUE

O GLOBO
EXTRA

